



ACÓRDÃO Nº1569/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11962/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá – IMPAN.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Sátiro Machado Vidal (Ordenador de Despesa), Marcos Aurélio Costa da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4505/2022-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2017.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva**, Diretor-Presidente do IMPAN (01/01/2017 a 22/10/2017), exercício 2017, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão das restrições identificadas e não sanadas;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Sátiro Machado Vidal**, Diretor-Presidente do IMPAN (23/10/2017 a 31/12/2017), exercício 2017, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão das restrições identificadas e não sanadas;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva**, no valor de **R\$22.207,00** (vinte e dois mil e duzentos e sete reais), nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, em razão das seguintes restrições: (i) **R\$4.000,00**, pelo pagamento em duplicidade de parcela mensal referente ao mês de fevereiro de 2017 na Carta Contrato nº



ACÓRDÃO Nº1569/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

001/2017-CML, realizado com a empresa Amazon Contábil Assessoria e Consultoria Ltda para realização de serviços de contabilidade; (ii) **R\$ 18.207,00**, pelo recebimento de diárias sem comprovação da realização das viagens e de sua finalidade pública e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA na esfera Municipal para o órgão Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN;

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Sátiro Machado Vidal, no valor de **R\$9.632,00** (nove mil, seiscentos e trinta e dois reais), nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Orgânica deste TCE/AM c/c art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelo recebimento de diárias sem comprovação da realização das viagens e de sua finalidade pública e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA na esfera Municipal para o órgão Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCEAM, em razão de atos praticados em infração às seguintes normas legais: Lei nº 8.666/1993 - arts. 6º, 7º, inciso II, 40, §2º, inciso II (projeto básico e edital em desconformidade com requisitos legais e ausência de pesquisa prévia); Lei nº 4.320/64 – arts. 60 e 62 (despesa realizada sem prévio empenho); Constituição Federal – art. 70 (ausência de comprovação de finalidade pública em diárias recebidas pelos gestores); Portaria MPS 519/2011 - art. 3º-B (ausência de emissão de autorização de aplicação e resgate de fundos de investimentos); Portaria MPS 204/2008 – art. 4º e 5º (Certificado de regularidade previdenciária vencido); Portaria MPS 403/2008 – arts. 18 e 19 (ausência de previsão legal para amortização de déficit atuarial do órgão) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou



ACÓRDÃO Nº1569/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Aplicar Multa o Sr. Sátiro Machado Vidal, no valor de R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCEAM, em razão de atos praticados em infração às seguintes normas legais: Lei nº 4.320/64 – art. 103 (divergência de saldo em conta do caixa geral do balanço financeiro e o saldo apurado pela inspeção *in loco*); Constituição Federal – art. 70 (ausência de comprovação de finalidade pública em diárias recebidas pelos gestores); Resolução CMN nº 3.922/2010 – art. 4º (não realização de política anual de investimentos do órgão); Portaria MPS nº 519/2011 – art. 2º (ausência de comprovação de que o gestor possuía capacidade técnica em finanças e mercado financeiro); Portaria MPS nº 402/2008 – art. 22 c/c Portaria MPS nº 403/2008 – arts. 23 e 24 (ausência de comprovação de encaminhamento ao MPS de DRAA, DPIN e DAIR); arts. 18 e 19 (ausência de previsão legal para amortização de déficit atuarial do órgão); Portaria MPS 519/2011 - art. 3º-B (ausência de emissão de autorização de aplicação e resgate de fundos de investimentos e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas -



ACÓRDÃO Nº1569/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.7. Dar ciência deste *decisum* ao **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva** e ao **Sr. Sátiro Machado Vidal**.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de setembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral